

## Sumário

A lei complementar como agente normativo ordenador do sistema tributário e da repartição das competências tributárias

<b>Sacha Calmon Navarro Coêlho</b> .....	9
As leis complementares da Constituição.....	9
As leis complementares tributárias.....	10
O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo .....	11
A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias .....	13
Como operam as leis complementares em matéria tributária.....	15
Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988.....	18
Conflitos de competência .....	19
Regulação das limitações ao poder de tributar .....	21
Apreciações críticas sobre a matéria em exame .....	22
Normas gerais de Direito Tributário.....	23
O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares ....	27
O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular .....	27
O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência.....	29

Questões controversas e lacunas na determinação da responsabilidade tributária do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento empresarial, prevista no art. 133 do CTN

<b>Gerd Willi Rothmann</b> .....	31
I    Introdução .....	31
II   Interpretação e integração da legislação tributária .....	32
1    Normas de interpretação e integração da legislação tributária no CTN.....	32
2    A dicotomia interpretação e analogia .....	33
3    Lacunas e analogia .....	34
III  Constatação das lacunas apresentadas pelo art. 133 do CTN .....	36
1    O fato gerador da responsabilidade tributária .....	36
2    Questões controversas na aplicação do art. 133 do CTN.....	38
2.1    Tributos abrangidos.....	38
2.2    Exclusão de penalidades em relação ao estabelecimento adquirido .....	40
2.3    Limitação da responsabilidade no tempo .....	42
IV   Preenchimento das lacunas existentes no art. 133 do CTN .....	43
1    Exclusão da responsabilidade do adquirente na aquisição do estabelecimento em ação de execução fiscal .....	43
2    Limitação da responsabilidade do adquirente ao valor do estabelecimento adquirido.....	43
2.1    Analogia ao art. 131, inciso II, do CTN.....	44
2.2    Analogia ao art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal.....	46
V    Conclusão .....	47

Conclusões do XLI Simpósio de Direito Tributário do CEU-Escola de Direito – Segurança Jurídica em Matéria Tributária (São Paulo, 11.11.2016)

<b>Coordenação-Geral: Ives Gandra da Silva Martins</b> .....	49
--	----

Análise de caso de tributação de estabelecimento permanente <b>João Francisco Bianco</b> .....	63
Dedutibilidade de despesas de brindes – A inaplicabilidade da vedação do art. 13, inciso VII, da Lei nº 9.249/95 aos brindes promocionais	
<b>Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva</b> .....	69
1 Objeto do estudo .....	69
2 O fato gerador do imposto de renda: o acréscimo patrimonial.....	70
3 A dedutibilidade de despesas como critério necessário à apuração do acréscimo patrimonial .....	72
4 A dedutibilidade de despesas em geral e a vedação à dedução de gastos com brindes. 74	
5 O conceito de brinde .....	77
6 A dedutibilidade dos brindes enquanto despesas de propaganda.....	79
7 Conclusão .....	85
Referências .....	86
A controvérsia jurídica acerca da multa da Lei de Repatriação (art. 8º da Lei nº 13.254, de 13.01.2016)	
<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</b> .....	89
1 Introdução .....	89
2 A natureza jurídica da multa do art. 8º da Lei nº 13.254, de 13.01.2016.....	91
3 Conclusão .....	102
Referências .....	104
A responsabilidade objetiva prevista no artigo 136 do Código Tributário Nacional à luz do direito tributário sancionador: hipóteses de afastamento por erro escusável e comprovação da boa-fé do contribuinte	
<b>Gustavo Lanna Murici, Raphael Silva Rodrigues</b> .....	105
1 Introdução .....	106
2 A responsabilidade objetiva do contribuinte em relação às infrações tributárias .....	106
3 Hipóteses de relativização da aplicação da responsabilidade objetiva do contribuinte em relação às infrações tributárias: boa-fé e erro escusável por parte do contribuinte .	111
4 Conclusões .....	119
Referências .....	119
A não incidência de PIS e COFINS sobre o ganho por compra vantajosa apurado na aquisição de ativos imobilizados em operação de combinação de negócios	
<b>Ramon Tomazela Santos</b> .....	121
1 Introdução .....	121
2 A combinação de negócios e o ganho por compra vantajosa.....	122
3 Tratamento tributário do ganho por compra vantajosa .....	123
3.1 Ganho por compra vantajosa como efeito decorrente da avaliação de ativos e passivos a valor justo.....	124
3.2 Ganho por compra vantajosa e a não incidência de PIS e COFINS sobre a venda de ativo imobilizado.....	129
3.3 A interpretação sistemática da lei tributária e a neutralidade do ganho por compra vantajosa .....	130
3.4 A inexistência de receita realizada no ganho por compra vantajosa .....	132

3.5	A excessiva amplitude das avaliações a valor justo nas regras contábeis editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis .....	137
4	Conclusões .....	140

#### Aspectos da responsabilidade tributária dos administradores

<b>Flávio Machado Galvão Pereira</b> .....	143	
1	Introdução .....	143
2	Sujeição passiva no Direito Tributário .....	145
2.1	Responsabilidade dos sucessores .....	146
2.2	Responsabilidade de terceiros .....	146
2.3	Responsabilidade por infrações .....	150
2.4	Solidariedade passiva .....	151
3	Responsabilidade tributária do administrador .....	153
4	Aspectos processuais da responsabilidade tributária do administrador .....	159
5	Considerações finais .....	163
	Referências .....	166

#### A aplicação do princípio da anterioridade à norma revogadora da isenção

<b>Nadia Cristina Batista</b> .....	169	
1	Introdução .....	169
2	Poder de tributar: a competência tributária .....	170
2.1	As espécies tributárias .....	171
2.2	As limitações ao poder de tributar .....	174
2.3	Os princípios da legalidade e da anterioridade .....	174
3	A Isenção .....	176
3.1	Definição, regras e distinção em face da imunidade .....	176
3.2	A revogação da isenção .....	179
4	O Código Tributário Nacional: aplicação do princípio da anterioridade e a revogação da isenção .....	181
4.1	Revogação das isenções e o princípio da anterioridade na ótica da doutrina .....	182
4.2	Revogação das isenções e a aplicação do princípio da anterioridade na ótica da jurisprudência .....	183
4.3	A doutrina em face do posicionamento do STF .....	184
5	Conclusão .....	185
	Referências .....	186